

POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: REALIDADES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

PUBLIC POLICIES IN BRAZILIAN EDUCATION: REALITIES, CHALLENGES, AND PERSPECTIVES

Recebido em: 22/09/2025

Aceito em: 30/09/2025

Publicado em: 19/12/2025

Guilherme Mendes Tomaz dos Santos¹ 
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Meirilene Alves Fernandes² 
Universidade La Salle

Madson Fernandes de Melo Junior³ 
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Alejandro Arango Correa⁴ 
Corporación Univesitaria Remington

Resumo: Este trabalho aborda a complexidade e os desafios das políticas públicas educacionais no Brasil, com foco nas políticas voltadas para a educação básica. O estudo discute o papel do Estado na formulação e implementação dessas políticas, analisando os principais marcos históricos, como a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e o Plano Nacional de Educação (PNE), bem como programas específicos como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). A pesquisa documental, de abordagem qualitativa, evidencia a importância de políticas que promovam equidade e qualidade educacional, mas também identifica obstáculos, como a falta de recursos, a descontinuidade administrativa e as disparidades regionais que comprometem a efetividade das ações implementadas. A análise demonstra que, apesar dos avanços, a sustentabilidade e eficácia das políticas dependem de um compromisso de longo prazo e de uma gestão integrada entre as esferas federal, estadual e municipal. Ao final, são apresentadas recomendações para o aprimoramento das políticas educacionais, enfatizando a necessidade de um planejamento estratégico que considere as especificidades regionais e assegure a inclusão de todos os estudantes no sistema educacional brasileiro.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Educação básica. Inclusão. Desigualdade regional. Gestão educacional.

Abstract: This paper addresses the complexity and challenges of public education policies in Brazil, focusing on policies aimed at basic education. The study discusses the role of the State in the formulation and implementation of these policies, analyzing key historical milestones, such as the creation of the Fund for the Maintenance and

¹ Fez Pós-Doutorado em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutor e Mestre em Educação pela Universidade La Salle (Unilasalle/Canoas) com período sanduíche (em ambas as formações) na Universidade La Salle México (Ulsa). Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Inovação em Tecnologias Educacionais (PPgITE) da UFRN. E-mail: guilherme.mendes@ufrn.br

² Mestra em Educação pela Universidade La Salle. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC). Licenciada em Língua Inglesa pela Universidade Estadual de Goiás e Filosofia e Teologia pela Faculdade de Educação Teológica do Distrito Federal. E-mail: meirileneafadv@gmail.com

³ Mestre em Energia e Ambiente pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Bacharel em Engenharia de Produção e Licenciado em Matemática. Experiência com Coordenação de Curso EAD da Uniateneu. E-mail: madsonjjunior@gmail.com

⁴ Mestre em Gestão da Inovação Tecnológica pelo Instituto Tecnológico Metropolitano. Professor com experiência em Bioeconomia, empreendedorismo e metodologia de pesquisa em programas de graduação e pós-graduação de várias Instituições de Ensino Superior na Colômbia. Coordenador de Pesquisa da Faculdade de Engenharia da Corporación Univesitaria Remington. E-mail: alejandro.arango@uniremington.edu.co

Development of Basic Education (Fundeb) and the National Education Plan (PNE), as well as specific programs such as the National School Feeding Program (Pnae). The qualitative documentary research highlights the importance of policies that promote educational equity and quality, but also identifies obstacles, such as lack of resources, administrative discontinuity, and regional disparities that compromise the effectiveness of the actions implemented. The analysis demonstrates that, despite advances, the sustainability and effectiveness of policies depend on a long-term commitment and integrated management between the federal, state, and municipal levels. Finally, recommendations are presented for the improvement of educational policies, emphasizing the need for strategic planning that considers regional specificities and ensures the inclusion of all students in the Brazilian educational system.

Keywords: Educational Policies; Basic Education; Inclusion; Regional Inequality; Educational Management.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas na educação representam um pilar essencial para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa, refletindo os esforços governamentais e sociais para promover um ambiente educacional de qualidade que respeite a diversidade e garanta o acesso a oportunidades de desenvolvimento para todos os cidadãos (Goergen, 2019; Carreira, 2020). Desde a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil - CF (Brasil, 1988) e a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Brasil, 1996), o país tem avançado em aspectos como a inclusão educacional e a universalização do ensino, especialmente nas etapas iniciais, embora ainda enfrente desafios estruturais que limitam a efetividade dessas políticas (Pertuzatti; Dickmann, 2019; Do Carmo *et al.*, 2019).

O contexto recente revela que a pandemia de Covid-19 trouxe à tona fragilidades preexistentes no sistema educacional brasileiro, expondo as desigualdades no acesso e na qualidade da educação (Arruda, 2020; Dias; Pinto, 2020). Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Brasil registrou, em 2024, cerca de 47,1 milhões de estudantes matriculados na educação básica, mas observou uma redução no número de professores concursados, indicando uma possível crise na formação docente e na retenção de profissionais capacitados, especialmente nas regiões Norte e Nordeste que, historicamente, apresentam as maiores assimetrias formativas (Brasil, 2024). Essas desigualdades regionais reforçam a necessidade de políticas públicas que considerem as especificidades de cada contexto local, promovendo a justiça social e o desenvolvimento humano (Diehl; Molina Neto e Silva, 2022).

A problemática central que motivou este estudo reside na análise dos impactos das políticas públicas educacionais no Brasil pós-pandemia e nos desafios enfrentados para garantir a equidade educacional em um cenário de crescente polarização e incerteza política (Abreu; Cruz; Soares, 2023; Ribeiro, 2020). Embora iniciativas como o Programa Escola em Tempo Integral e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada tenham sido implementadas para mitigar os efeitos da pandemia e promover a inclusão, a fragmentação administrativa e a

descontinuidade de investimentos ainda comprometem a implementação efetiva dessas políticas (Goergen, 2019; Arruda, 2020). A questão de pesquisa que orientou a investigação foi: “Quais são os principais desafios enfrentados pelas políticas públicas educacionais brasileiras na promoção de um sistema educacional inclusivo e equitativo no período pós-pandemia?”

O objetivo geral deste estudo foi investigar como as políticas públicas educacionais no Brasil têm lidado com as disparidades regionais e os impactos da crise sanitária global, buscando identificar os principais desafios e propor recomendações para a construção de um sistema educacional mais resiliente e inclusivo. Especificamente, o estudo se propôs a: (a) analisar as políticas de formação continuada de professores; (b) avaliar o impacto dos programas voltados para a inclusão de estudantes em situação de vulnerabilidade; e (c) discutir as estratégias de recuperação de aprendizagem implementadas no contexto pós-pandemia (Do Carmo *et al.*, 2019; Diehl; Molina Neto; Silva, 2022).

A justificativa para a realização desta pesquisa está ancorada na necessidade de um entendimento aprofundado das políticas educacionais como mecanismo de promoção da equidade e inclusão, especialmente diante do aumento da desigualdade educacional durante e após a pandemia (Dias; Pinto, 2020; Diehl; Molina Neto; Silva, 2022). As evidências indicam que, embora existam políticas públicas bem estruturadas, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Plano Nacional de Educação (PNE), a execução ainda esbarra em desafios como a falta de recursos financeiros e a resistência à mudança por parte de alguns segmentos sociais (Pertuzatti; Dickmann, 2019; Ribeiro, 2020). Nesse sentido, este estudo busca contribuir para a literatura acadêmica ao fornecer uma análise crítica e atualizada sobre a efetividade das políticas educacionais no Brasil e seu potencial para transformar o cenário educacional.

A metodologia adotada foi baseada em uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo, conforme proposto por Gil (2017), com foco em publicações acadêmicas no período de 2019 a 2024, disponíveis no Google Acadêmico. Os critérios de inclusão envolveram estudos que discutissem a implementação de políticas educacionais em diferentes contextos e programas específicos voltados para a promoção da equidade. Foram excluídas pesquisas que não abordassem diretamente o campo das políticas públicas educacionais ou que se limitassem a análises quantitativas sem contextualizar o cenário sociopolítico. Ao adotar uma abordagem centrada em estudos recentes, esta pesquisa se propôs a compreender as dinâmicas atuais e propor soluções que dialoguem com o contexto educacional contemporâneo, especialmente no

pós-pandemia (Arruda, 2020; Do Carmo *et al.*, 2019).

Esse trabalho, portanto, visa oferecer uma contribuição significativa ao campo das políticas públicas educacionais. A proposta pretendo fornecer um olhar crítico e embasado sobre os desafios e possibilidades para a construção de uma educação mais inclusiva e equitativa no Brasil contemporâneo.

CONCEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO

O conceito de políticas públicas na educação envolve um conjunto de ações deliberadas e coordenadas, desenvolvidas pelo Estado e por outros agentes sociais, com o objetivo de regular, promover e garantir a efetividade dos direitos educacionais de todos os cidadãos. De acordo com Goergen (2019), as políticas públicas educacionais são fundamentais para assegurar a democratização do ensino, uma vez que estabelecem diretrizes e normativas que orientam desde a gestão escolar até a formulação curricular e os mecanismos de financiamento educacional. Essas políticas se caracterizam por sua intencionalidade e são formuladas com base em uma visão de longo prazo que busca responder às demandas sociais e superar as desigualdades educacionais presentes na sociedade.

A construção teórica das políticas públicas educacionais é multidisciplinar e abrange várias correntes de pensamento. Saviani (2019) argumenta que a concepção de políticas públicas educacionais está atrelada à ideia de educação como um direito social e um bem público, o que implica a responsabilidade do Estado em assegurar o acesso e a permanência de todos os cidadãos na escola. Para Saviani, essa concepção deve superar o modelo neoliberal, que muitas vezes tende a tratar a educação como um serviço a ser consumido, minimizando o papel do Estado e deixando a provisão educacional sob a lógica do mercado. Essa abordagem destaca a necessidade de políticas robustas e interventivas, que não apenas garantam o acesso, mas também promovam a qualidade e a equidade educacional.

Na literatura, destaca-se, ainda, a visão de Diehl, Molina Neto e Silva (2022): os autores enfatizam que a formulação das políticas públicas educacionais deve considerar o contexto social, político e econômico em que estão inseridas. Esses autores argumentam que o sucesso ou fracasso de uma política educacional depende da articulação entre diferentes atores — como gestores, educadores, pais e alunos — e da capacidade de adaptação dessas políticas às realidades locais. Nesse sentido, uma política pública bem-sucedida é aquela que é capaz de responder às necessidades específicas de cada comunidade, respeitando as diversidades culturais e regionais, e promovendo um diálogo constante entre as esferas federal, estadual e

municipal.

Outro aspecto relevante no conceito de políticas públicas na educação é a distinção entre políticas de oferta e políticas de demanda, conforme discutido por Pertuzatti e Dickmann (2019). As políticas de oferta referem-se às ações que visam garantir a disponibilidade de vagas, infraestrutura e recursos didáticos, enquanto as políticas de demanda se concentram em estimular a procura por educação, promovendo a conscientização sobre a importância do ensino e incentivando a participação ativa da comunidade escolar. Essa distinção é essencial para a compreensão das diferentes estratégias adotadas pelo Estado para promover a inclusão e reduzir as taxas de evasão escolar, especialmente em regiões de alta vulnerabilidade social.

Carreira (2020) traz uma contribuição importante ao discutir o papel das políticas públicas na promoção da educação ambiental, ressaltando que a formação educacional deve incluir aspectos ligados à sustentabilidade e à preservação do meio ambiente. Para a autora, políticas educacionais que ignoram a integração da educação ambiental nos currículos escolares perdem a oportunidade de formar cidadãos conscientes e críticos, capazes de atuar como agentes transformadores na sociedade. Assim, a autora defende a necessidade de as políticas educacionais irem além dos conteúdos tradicionais e abarcarem temas transversais, conectando a formação acadêmica à realidade socioambiental.

Arruda (2020), por sua vez, analisa o impacto das políticas públicas educacionais durante a pandemia de Covid-19, evidenciando a importância de políticas emergenciais para garantir a continuidade do processo educacional em contextos de crise. Ele argumenta que a adoção de estratégias de ensino remoto foi uma medida necessária, mas que revelou profundas desigualdades no acesso a tecnologias e na infraestrutura das escolas públicas. Dessa forma, as políticas públicas devem ser flexíveis e capazes de se adaptar a situações inesperadas, garantindo que o direito à educação não seja interrompido em momentos de adversidade.

A análise das políticas públicas educacionais também requer um olhar crítico sobre as políticas de formação e valorização dos professores. Segundo Do Carmo et al. (2019), a formação continuada de docentes é um elemento central para a implementação eficaz de políticas educacionais, uma vez que os professores são os principais agentes de mudança dentro das escolas. Políticas públicas que investem na capacitação e na valorização dos educadores tendem a ter maior sucesso em promover práticas pedagógicas inovadoras e a elevar a qualidade do ensino. No entanto, a falta de recursos e a desvalorização da carreira docente são desafios constantes que dificultam a implementação plena dessas políticas.

Por fim, a discussão sobre políticas públicas na educação também envolve a análise de

sua aplicação em contextos específicos, como a educação especial e inclusiva. Grandisoli, Curvelo e Neiman (2021) destacam que políticas voltadas para a inclusão de alunos com necessidades especiais devem ser abrangentes e considerar aspectos como a formação de professores, a adaptação de materiais didáticos e a reestruturação dos espaços escolares. Nesse sentido, as políticas inclusivas devem garantir não apenas a matrícula desses alunos, mas também a criação de um ambiente acolhedor e propício ao desenvolvimento de suas potencialidades.

O conceito de políticas públicas na educação abrange uma série de ações e estratégias que visam a garantir o acesso, a permanência e a qualidade do ensino, respeitando as particularidades de cada contexto e promovendo a equidade educacional. A formulação e implementação dessas políticas dependem de uma abordagem integrada e colaborativa, que envolva a participação de todos os atores educacionais e considere as múltiplas dimensões que compõem o processo educacional.

O PAPEL DO ESTADO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

O papel do Estado na formulação e implementação de políticas educacionais é fundamental para assegurar que a educação seja universal, inclusiva e de qualidade, conforme estabelece a CF (Brasil, 1988). A responsabilidade estatal na oferta educacional está delineada nos princípios constitucionais que reconhecem a educação como um direito social, cabendo ao poder público garantir o acesso, a permanência e o sucesso escolar de todos os cidadãos (Saviani, 2019). Nesse sentido, o Estado atua como principal gestor e regulador, formulando diretrizes, garantindo o financiamento adequado e monitorando a qualidade do ensino oferecido nas escolas públicas e privadas.

Historicamente, a intervenção estatal no campo educacional passou por diversas fases que refletem as mudanças sociais, políticas e econômicas do país. Segundo Ribeiro (2020), durante o período imperial, a educação no Brasil era marcada por um sistema elitista, restrito a grupos sociais privilegiados. Com o advento da República e a introdução da primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1961 (Brasil, 1961), o papel do Estado passou a ser redefinido para se alinhar com um ideal de democratização do ensino. No entanto, a implementação de políticas educacionais efetivas foi lenta e frequentemente interrompida por mudanças de governo e a falta de continuidade administrativa (Saviani, 2019).

Na contemporaneidade, a responsabilidade estatal abrange não apenas a regulamentação e a normatização do sistema educacional, mas também o desenvolvimento de

programas específicos que promovam a inclusão e a equidade. Programas como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e o Plano Nacional de Educação (PNE) representam esforços do governo para garantir uma distribuição equitativa de recursos e definir metas que orientem o sistema educacional em todos os níveis (Pertuzatti; Dickmann, 2019). O Fundeb, por exemplo, visa assegurar que todos os municípios, independentemente de sua capacidade econômica, possam oferecer educação básica de qualidade. Isso é essencial para combater desigualdades regionais e garantir que a educação não seja um privilégio, mas um direito universal.

No entanto, a implementação de políticas educacionais enfrenta desafios significativos, como a descontinuidade de investimentos, a falta de recursos e a resistência política (Do Carmo *et al.*, 2019). Segundo Diehl, Molina Neto e Silva (2022), a efetividade das políticas depende de uma gestão integrada entre as diferentes esferas do governo — federal, estadual e municipal — e de um comprometimento real com a transparência e a participação social. Essa articulação é, particularmente, importante em um país com as dimensões e disparidades do Brasil, onde cada região apresenta necessidades e contextos específicos que demandam políticas públicas diferenciadas.

Em termos de promoção da inclusão e equidade, o Estado tem a obrigação de desenvolver programas que atendam a grupos historicamente marginalizados, como pessoas com deficiência, comunidades dos povos originários, ribeirinhas e quilombolas. Segundo Carreira (2020), a educação para a diversidade deve ser um eixo estruturante das políticas públicas, assegurando que a oferta educacional respeite as especificidades culturais e linguísticas de cada grupo. A formulação de políticas educacionais voltadas para a inclusão passa, assim, pela adaptação de currículos, pela formação de professores e pela construção de ambientes educacionais acessíveis e acolhedores.

Portanto, o papel do Estado nas políticas educacionais vai além da simples garantia de acesso. Envolve a promoção de uma educação que seja inclusiva, equitativa e voltada para o desenvolvimento integral do indivíduo. Esse papel requer um compromisso contínuo com a justiça social, a promoção de uma cidadania ativa e a formação de indivíduos capazes de contribuir de forma crítica e construtiva para a sociedade (Goergen, 2019).

HISTÓRICO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

O desenvolvimento das políticas educacionais no Brasil reflete a complexa trajetória histórica do país, marcada por tensões entre modelos educacionais excludentes e esforços de

democratização do ensino. Desde o período colonial até a atualidade, as políticas públicas na área da educação passaram por profundas transformações que moldaram a oferta educacional e a organização do sistema de ensino. Durante o período colonial e o início do período imperial, por exemplo, a educação era restrita a um pequeno grupo da elite, sendo ofertada principalmente por instituições religiosas com o intuito de formar líderes políticos e religiosos para a sociedade (Saviani, 2019).

Com a Proclamação da República em 1889, surgiu um novo cenário, com discussões sobre a necessidade de uma educação mais ampla e secular. A criação dos primeiros sistemas estaduais de educação no início do século XX representou um avanço significativo, mas ainda assim a educação pública continuava inacessível para grande parte da população. A partir da década de 1930, com o movimento da Escola Nova, iniciou-se uma mudança mais expressiva, propondo uma educação pública e gratuita para todos, embora as realizações práticas tenham sido limitadas (Saviani, 2019).

Um marco importante na história educacional brasileira foi a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1961 (Brasil, 1961), que consolidou a estrutura educacional e definiu o papel do Estado na regulamentação e fiscalização do ensino. No entanto, a ditadura militar (1964-1985) impôs um retrocesso ao cercear a liberdade acadêmica e promover uma educação voltada para o tecnicismo e a formação de mão de obra, em detrimento de uma educação crítica e democrática (Ribeiro, 2020).

A redemocratização do Brasil trouxe novas perspectivas para as políticas educacionais. A CF (Brasil, 1988) estabeleceu a educação como um direito social e dever do Estado, e a nova LDB (Brasil, 1996) ampliou esse direito, incorporando princípios como a gestão democrática e a valorização dos profissionais da educação (Pertuzatti; Dickmann, 2019). O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído em 2001 e reformulado em 2014, definiu metas e estratégias para a universalização do ensino e a melhoria da qualidade educacional. Essas políticas buscaram enfrentar o legado de exclusão e desigualdade que caracterizou a história educacional do país, mas a implementação continua a ser um desafio, com avanços limitados em algumas regiões e áreas.

No século XXI, o Brasil também adotou políticas educacionais voltadas para grupos específicos, como o Programa Nacional de Assistência ao Transporte Escolar (Pnate) e o Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (Pradime), que visam garantir a inclusão e equidade no acesso ao ensino, especialmente em áreas rurais e comunidades tradicionais (Carreira, 2020). No entanto, a descontinuidade administrativa e as mudanças de

gestão governamental têm impactado a eficácia dessas políticas, revelando a necessidade de um compromisso mais sólido e duradouro com a educação pública e de qualidade (Do Carmo *et al.*, 2019).

Assim, a trajetória histórica das políticas educacionais no Brasil reflete a complexidade e as contradições do país. Ao mesmo tempo em que este reconhece a educação como um direito universal, enfrenta dificuldades para garantir esse direito de forma efetiva e equitativa.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

As políticas públicas voltadas para a educação básica no Brasil têm como objetivo principal assegurar a universalização do acesso e a melhoria da qualidade do ensino para crianças e adolescentes, promovendo uma formação integral e inclusiva. Nesse contexto, destacam-se duas iniciativas fundamentais: o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Ambas desempenham papéis cruciais na estruturação do sistema educacional e no apoio a escolas em todo o território nacional, proporcionando suporte financeiro e recursos essenciais para a manutenção de uma educação pública de qualidade.

O Fundeb, instituído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006 (Brasil, 2006), e recentemente reformulado pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020 (Brasil, 2020), é um mecanismo de financiamento que garante a distribuição equitativa de recursos para a educação básica em todos os estados e municípios brasileiros. A principal inovação da nova versão do Fundeb foi torná-lo permanente e ampliar a participação da União no financiamento, que passou de 10% para 23% do total de recursos do Fundo, com incrementos progressivos até 2026 (Diehl; Molina Neto; Silva, 2022). Esse aumento de participação federal visa reduzir as desigualdades regionais e assegurar um padrão mínimo de qualidade, especialmente em áreas que historicamente sofrem com a escassez de investimentos, como as regiões Norte e Nordeste.

O impacto do Fundeb na melhoria da educação básica pode ser observado em diversos aspectos, como a ampliação da oferta de vagas, a valorização dos profissionais da educação e a redução das taxas de evasão escolar (Carreira, 2020). No entanto, a implementação efetiva do Fundo enfrenta desafios significativos, como a necessidade de aprimorar os mecanismos de fiscalização e garantir a aplicação adequada dos recursos por parte dos entes federativos. Além disso, estudos indicam que a simples injeção de recursos não é suficiente para garantir melhorias no aprendizado, sendo necessária uma gestão mais eficiente e uma maior capacitação

dos profissionais que atuam na administração dos recursos educacionais (Do Carmo *et al.*, 2019).

Paralelamente, o Pnae é uma política pública que complementa o esforço de promoção de equidade e qualidade na educação básica ao assegurar a segurança alimentar dos estudantes, fator essencial para o desenvolvimento cognitivo e a permanência escolar. Instituído em 1954 e regulamentado pela Lei nº 11.947, de 2009 (Brasil, 2009), o Pnae visa garantir uma alimentação saudável e adequada a todos os alunos da educação básica, desde a educação infantil até o ensino médio, com foco especial em estudantes de baixa renda (Carreira, 2020). Atualmente, o programa atende mais de 40 milhões de estudantes e é considerado um dos maiores e mais antigos programas de alimentação escolar no mundo (Goergen, 2019).

O Pnae não apenas contribui para a melhoria do desempenho escolar ao garantir que os alunos tenham acesso a refeições nutritivas durante o período de aulas, mas também fortalece a agricultura familiar ao destinar, no mínimo, 30% dos recursos repassados aos estados e municípios para a compra de alimentos produzidos localmente (Grandisoli; Curvelo; Neiman, 2021). Essa iniciativa promove o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais e fomenta a educação alimentar e nutricional nas escolas, conectando os estudantes ao processo produtivo e aos benefícios de uma alimentação saudável. No entanto, a execução do Pnae enfrenta dificuldades em regiões com baixa capacidade de organização dos produtores familiares, o que pode limitar o acesso a alimentos de qualidade e afetar o impacto do programa na segurança alimentar dos estudantes (Carreira, 2020).

Além do Fundeb e do Pnae, outras políticas educacionais, como o Programa Mais Educação e o Programa de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate), também contribuem para a melhoria da educação básica ao abordar questões como o tempo de permanência dos estudantes na escola e a acessibilidade ao ensino em regiões rurais e remotas (Goergen, 2019). O Programa Mais Educação, por exemplo, promove a educação integral por meio da ampliação da jornada escolar e da inclusão de atividades extracurriculares que estimulam o desenvolvimento integral dos alunos. O Pnate, por sua vez, oferece suporte financeiro para a manutenção e ampliação do transporte escolar, garantindo que crianças e adolescentes residentes em áreas distantes possam frequentar a escola regularmente.

No entanto, apesar dos avanços proporcionados por essas políticas, ainda existem desafios significativos para assegurar uma educação de qualidade para todos os estudantes da educação básica. A gestão dos recursos financeiros e a formação continuada dos professores permanecem como gargalos importantes que precisam ser enfrentados para que as políticas

educacionais alcancem seus objetivos. Conforme Arruda (2020), a eficácia dessas políticas depende de uma articulação integrada entre as esferas de governo e de uma visão estratégica que considere as especificidades de cada região. Nesse sentido, a melhoria da educação básica no Brasil exige não apenas recursos financeiros, mas também políticas públicas que promovam uma gestão democrática, participativa e focada no desenvolvimento humano.

DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO

A implementação de políticas públicas na educação brasileira enfrenta desafios históricos e estruturais que dificultam a efetivação de ações voltadas para a melhoria do sistema educacional. Entre os principais obstáculos estão a falta de recursos financeiros adequados, a descontinuidade administrativa e as disparidades regionais os quais comprometem a equidade educacional e a eficácia das políticas adotadas. A alocação insuficiente de verbas, especialmente em estados e municípios com baixa capacidade financeira, é um problema recorrente. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), muitos municípios brasileiros dependem de repasses federais, como o Fundeb, para manter suas redes de ensino (Do Carmo *et al.*, 2019). A ausência de recursos suficientes para infraestrutura, formação de professores e materiais didáticos afeta diretamente a qualidade do ensino e limita a capacidade das escolas de implementar políticas de inclusão e inovação pedagógica.

Além da escassez de recursos, a descontinuidade administrativa é um fator crítico que impede o sucesso de muitas iniciativas educacionais no Brasil ao longo de sua história. As mudanças frequentes nas gestões governamentais e institucionais resultam em interrupções ou reformulações de programas e projetos, gerando uma falta de estabilidade que compromete a continuidade das políticas e a consolidação de resultados (Arruda, 2020). A cada novo governo, políticas estabelecidas são revistas ou substituídas, o que dificulta a construção de um sistema educacional robusto e consistente ao longo do tempo. Por exemplo, programas de formação continuada para professores, como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), frequentemente sofrem cortes ou reformulações que impactam diretamente os educadores e as práticas pedagógicas em sala de aula (Diehl; Molina Neto; Silva, 2022).

As disparidades regionais também representam um desafio significativo para a implementação de políticas educacionais equitativas. Regiões como o Norte e o Nordeste enfrentam dificuldades adicionais, como a falta de infraestrutura básica, incluindo acesso a saneamento e eletricidade nas escolas, bem como a extensão territorial, limitando a efetividade

das políticas de inclusão e de expansão do ensino integral (Carreira, 2020). Essas desigualdades regionais afetam diretamente a capacidade de execução de programas nacionais, como o Programa Mais Educação, que busca ampliar a jornada escolar e proporcionar atividades complementares aos estudantes, mas enfrenta dificuldades para ser implementado em municípios com poucas condições estruturais (Pertuzatti; Dickmann, 2019).

Outro desafio importante é a falta de capacitação e valorização dos profissionais da educação. A formação inadequada dos professores e a baixa remuneração afetam a motivação e a qualidade do ensino, resultando em um círculo vicioso que perpetua a baixa eficácia das políticas educacionais. Segundo Goergen (2019), sem políticas consistentes de formação continuada e valorização profissional, os professores têm pouca margem para inovar e aplicar novas metodologias de ensino, o que reduz o impacto das políticas voltadas para a melhoria da qualidade educacional. Além disso, a alta rotatividade dos docentes, especialmente nas regiões mais vulneráveis, compromete a continuidade das práticas pedagógicas e a execução de projetos de longo prazo.

Apesar da existência do piso salarial nacional para os profissionais do magistério da educação básica, sua efetividade ainda enfrenta entraves significativos. Muitos estados e municípios não conseguem cumprir integralmente esse piso, seja por limitações orçamentárias ou por falta de prioridade política, o que gera disparidades salariais entre regiões e compromete a valorização da carreira docente. Além disso, mesmo quando o piso é respeitado, ele ainda se mostra inferior ao de outras profissões com exigência de formação superior, o que evidencia a desvalorização histórica da docência e dificulta a atração e retenção de talentos na área educacional.

Outro obstáculo crucial é a carência de políticas eficazes de capacitação e valorização dos profissionais da educação. A formação inicial, muitas vezes, não prepara adequadamente os professores para os desafios da sala de aula, e a ausência de programas contínuos de aperfeiçoamento limita a inovação pedagógica. Como aponta Goergen (2019), sem investimentos consistentes em formação continuada e reconhecimento profissional, os docentes têm pouca autonomia para implementar novas metodologias, o que enfraquece os efeitos das políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade educacional. A alta rotatividade, especialmente em áreas vulneráveis, agrava esse cenário, prejudicando a continuidade dos projetos pedagógicos e a construção de vínculos duradouros com a comunidade escolar.

Portanto, para que as políticas educacionais alcancem seus objetivos, é necessário um planejamento de longo prazo que envolva a integração das esferas federal, estadual e municipal,

além de um sistema de monitoramento e avaliação contínua que permita ajustes e melhorias ao longo do tempo (Saviani, 2019). A superação dos desafios na implementação de políticas públicas educacionais depende de um compromisso político duradouro e de investimentos consistentes que priorizem a equidade e a qualidade do ensino.

PROGRAMAS E INICIATIVAS RECENTES NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Nos últimos anos, o Brasil implementou uma série de programas e iniciativas com o objetivo de promover a inclusão, melhorar a qualidade do ensino e adaptar o sistema educacional às novas demandas sociais. Entre os principais programas destaca-se o *Novo Ensino Médio*, instituído pela Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017), o qual visa flexibilizar o currículo e permitir que os estudantes escolham áreas de conhecimento mais alinhadas a seus interesses e projetos de vida. A proposta do Novo Ensino Médio é aumentar o engajamento e a relevância da educação para os jovens, porém, sua implementação tem gerado críticas e desafios práticos, especialmente relacionados à formação dos professores e à adequação da infraestrutura escolar (Carreira, 2020). As dificuldades para garantir que todas as escolas possam oferecer uma gama diversificada de itinerários formativos são evidentes, resultando em uma aplicação desigual da reforma e em dúvidas sobre sua capacidade de promover equidade no acesso a diferentes áreas de conhecimento (Ribeiro, 2020).

O Programa Mais Educação é outro exemplo de iniciativa recente que busca ampliar a oferta de educação integral, promovendo uma jornada escolar ampliada com atividades complementares. Implementado, inicialmente, em 2007 e relançado em 2020, o programa tem como objetivo reduzir a vulnerabilidade social e melhorar os índices de aprendizagem, especialmente em áreas de maior risco. A abordagem integrada do Mais Educação, que envolve atividades culturais, esportivas e pedagógicas, visa proporcionar uma formação mais completa e promover o desenvolvimento integral dos alunos (Do Carmo *et al.*, 2019). No entanto, a execução do programa enfrenta barreiras como a falta de recursos e de infraestrutura adequada, o que impede muitas escolas de oferecer uma educação integral em tempo integral.

Em termos de políticas voltadas à inclusão de estudantes com deficiência, o Programa Educação Inclusiva - Direito à Diversidade tem desempenhado um papel fundamental na promoção de um ambiente escolar mais acessível e acolhedor para alunos com necessidades educacionais especiais. Instituído pela Portaria nº 1.793, de 1994, e reformulado em 2015, o programa se concentra na formação de professores, na adaptação dos currículos e na garantia de acessibilidade física e pedagógica nas escolas (Carreira, 2020). Apesar de avanços

importantes, como a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular, o programa ainda enfrenta desafios na formação de profissionais especializados e na disponibilidade de materiais didáticos adaptados, especialmente em regiões mais isoladas (Grandisoli; Curvelo; Neiman, 2021).

Essas iniciativas, embora representem avanços no campo das políticas públicas educacionais, ainda carecem de ajustes para alcançar plenamente seus objetivos. A falta de articulação entre os diferentes níveis de governo e a descontinuidade de investimentos são barreiras que precisam ser superadas para garantir a efetividade dessas ações (Diehl; Molina Neto; Silva, 2022). Além disso, a necessidade de monitoramento contínuo e de uma avaliação crítica dos resultados é essencial para que os programas possam se adaptar às necessidades emergentes e promover uma educação de qualidade para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste estudo evidenciam a complexidade e os desafios inerentes à formulação e implementação de políticas públicas educacionais no Brasil. Apesar dos avanços normativos e estruturais obtidos ao longo das últimas décadas, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que o sistema educacional brasileiro consiga oferecer uma educação equitativa, de qualidade e universal. O desenvolvimento de políticas robustas, como PNE e Fundeb, reflete um esforço contínuo do Estado em corrigir desigualdades históricas e assegurar que os recursos sejam distribuídos de maneira a atender, prioritariamente, os municípios e estados mais vulneráveis. No entanto, os obstáculos para garantir a efetividade dessas políticas são multifacetados e envolvem desde problemas de financiamento até questões relacionadas à governança e à gestão educacional.

A implementação de programas como o Pnae e o Programa Mais Educação tem contribuído para a ampliação da oferta e da permanência escolar, ao mesmo tempo que atuam como importantes instrumentos de promoção da equidade educacional. Contudo, é evidente que a disparidade entre as diferentes regiões do país, especialmente entre as regiões Norte e Nordeste em comparação com o Sul e Sudeste, ainda representa uma barreira significativa para que essas políticas atinjam plenamente seus objetivos. As diferenças no acesso a infraestrutura escolar de qualidade, a escassez de profissionais capacitados e a alta rotatividade dos professores indicam que os esforços para a construção de um sistema educacional mais inclusivo ainda são insuficientes. Dessa forma, políticas voltadas para a valorização do magistério e para a formação continuada dos docentes são indispensáveis para assegurar uma

educação pública de qualidade.

Além disso, a descontinuidade administrativa e a falta de articulação entre as esferas federal, estadual e municipal são problemas recorrentes que afetam a estabilidade e a longevidade das políticas públicas educacionais no Brasil. A cada mudança de governo, muitos programas são interrompidos ou reformulados, comprometendo a construção de uma política educacional coesa e de longo prazo. Esse cenário revela a necessidade de um planejamento educacional mais robusto, que transcenda as gestões governamentais e assegure que as políticas de maior impacto sejam preservadas e fortalecidas ao longo do tempo. Sem um compromisso duradouro e uma visão estratégica que integre diferentes agentes e setores, torna-se difícil promover mudanças estruturais significativas que possam realmente transformar o sistema educacional.

A questão do financiamento educacional também se destaca como um dos principais entraves para a efetividade das políticas públicas. Embora o novo Fundeb tenha representado um avanço importante ao aumentar a participação da União no financiamento da educação básica, muitos municípios ainda enfrentam dificuldades para administrar de forma eficiente os recursos recebidos. A falta de infraestrutura básica, como bibliotecas, laboratórios de ciências e tecnologia, e o déficit de materiais didáticos adaptados para alunos com deficiência, são problemas que limitam a implementação de políticas de inclusão e qualidade. A equidade educacional requer não apenas a distribuição justa de recursos, mas também uma gestão eficiente e orientada para resultados, que assegure que esses recursos sejam utilizados para promover a aprendizagem de todos os estudantes, independentemente de sua origem social ou localização geográfica.

Por outro lado, as iniciativas voltadas para a inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas representam um avanço importante no reconhecimento do direito à diversidade e à igualdade de oportunidades dentro do ambiente escolar. Contudo, essas políticas enfrentam desafios consideráveis em sua execução, como a falta de professores especializados, a inadequação dos currículos e a ausência de suporte pedagógico adequado. É necessário um esforço contínuo para que a inclusão não se restrinja à matrícula desses alunos em classes regulares, mas que se traduza em práticas pedagógicas que valorizem suas potencialidades e garantam um ambiente verdadeiramente inclusivo e acolhedor.

Neste contexto, a avaliação contínua e a revisão das políticas educacionais são essenciais para garantir que os objetivos sejam alcançados e que os ajustes necessários sejam realizados com base em evidências concretas e resultados mensuráveis. A construção de um

sistema educacional de qualidade e equitativo requer uma abordagem integrada e colaborativa que envolva não apenas o poder público, mas também a sociedade civil, os gestores escolares e os próprios estudantes. A participação ativa de todos esses atores é fundamental para a formulação de políticas que respondam efetivamente às necessidades e aspirações educacionais do país.

Assim, os resultados deste estudo apontam para a necessidade de um compromisso político e social mais profundo e duradouro com a educação. Políticas públicas que não sejam apenas reativas, mas que atuem de forma preventiva e planejada, são essenciais para garantir que o direito à educação se concretize plenamente para todos os brasileiros. A construção de um sistema educacional mais justo e inclusivo depende, sobretudo, da capacidade de o país superar as barreiras estruturais que limitam o acesso e a qualidade do ensino, promovendo um ambiente escolar que valorize a diversidade e que seja capaz de formar cidadãos críticos e preparados para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

Diante dos múltiplos desafios apresentados, conclui-se que a transformação do sistema educacional brasileiro exige mais do que boas intenções e marcos legais: requer uma ação coordenada, contínua e comprometida entre os diversos níveis de governo e a sociedade civil. A superação das desigualdades regionais, a valorização efetiva do magistério, a garantia de infraestrutura adequada e a inclusão plena de todos os estudantes são pilares fundamentais para a construção de uma educação pública de qualidade. Somente com políticas duradouras, baseadas em evidências e voltadas para a equidade, será possível consolidar um projeto educacional que não apenas respeite o direito à aprendizagem, mas que também promova justiça social e desenvolvimento humano em todas as regiões do país.

REFERÊNCIAS

ABREU, Roberta Melo de Andrade; CRUZ, Lorames Bispo dos Santos; SOARES, Emanuel Lima Silva. Políticas públicas em educação eo mal-estar docente. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, p. e280023, 2023.

ARRUDA, Eucidio Pimenta. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. **EmRede-Revista de Educação a Distância**, v. 7, n. 1, p. 257-275, 2020.

BARBOSA, Luciana Uchôa; VIÇOSA, Cátia Silene Carrazoni Lopes; FOLMER, Vanderlei. A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 11, n. 10, p. e772-e772, 2019.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 dez. 1961

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006. Altera dispositivos da Constituição Federal para instituir o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 2006.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020. Altera a Constituição Federal para tornar permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 ago. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2024**: caderno de conceitos e orientações – etapa da matrícula inicial [recurso eletrônico]. Brasília, DF: Inep, 2024

CARDOSO, Livia de Rezende et al. Gênero em Políticas Públicas de Educação e Currículo: do direito às invenções. **Revista e-curriculum**, v. 17, n. 4, p. 1458-1479, 2019.

CARREIRA, Rosana Cristina. O papel da Educação Ambiental na execução de políticas públicas. **Revista de Ensino de Ciências e Matemática**, v. 11, n. 2, p. 11-23, 2020.

DIAS, Érika; PINTO, Fátima Cunha Ferreira. A Educação e a Covid-19. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 28, p. 545-554, 2020.

DIEHL, Vera Regina Oliveira; MOLINA NETO, Vicente; SILVA, Lisandra Oliveira. As políticas públicas de educação: a percepção dos docentes de Educação Física. **Movimento**, v. 25, p. e25037, 2022.

DO CARMO, Bruno Cleiton Macedo et al. Políticas públicas educacionais e formação de professores: convergências e distanciamentos na área de Educação Especial. **Revista Educação Especial**, v. 32, p. 1-28, 2019.

FIGUEIREDO, Elisabeth Almeida; ANTUNES, Daniella Cavalcante; DE MIRANDA, Maria Geralda. Políticas públicas de educação em saúde para a prevenção de comorbidades e doenças cardiovasculares. **Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, v. 23, n. 45, p. 141-160, 2019.

GOERGEN, Pedro. Educação & Sociedade e as políticas públicas em educação. **Educação & Sociedade**, v. 40, p. e0215966, 2019.

GRANDISOLI, Edson; CURVELO, Eliana Cordeiro; NEIMAN, Zysman. Políticas públicas de Educação Ambiental: História, formação e desafios. **Revista Brasileira De Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 16, n. 6, p. 321-347, 2021.

MARCHETTE, Tatiana Dantas. **Educação Patrimonial e políticas públicas de preservação no Brasil**. Editora Intersaberes, 2023.

PERTUZATTI, Ieda; DICKMANN, Ivo. Alfabetização e letramento nas políticas públicas: convergências e divergências com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 27, n. 105, p. 777-795, 2019.

RIBEIRO, Cristina Tauaf. Agenda em políticas públicas: a estratégia de educação financeira no Brasil à luz do modelo de múltiplos fluxos. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 18, p. 486-497, 2020.